



COMPANHIA DOCS DO ESTADO DE SÃO PAULO - CODESP
CNPJ 44.837.524/0001-07

DEMONSTRAÇÃO INTERMEDIÁRIA DO RESULTADO
DOS PERÍODOS FIMDOS EM 30/06/2019
(em milhares de reais, exceto o lucro (prejuízo) por lote de mil ações)

	Nota	01/04/2019 a 30/06/2019	01/04/2018 a 30/06/2018	01/01/2019 a 30/06/2019	01/01/2018 a 30/06/2018
Receita líquida	25	232.756	219.057	468.418	418.139
Custo dos produtos e dos serviços prestados	26	(89.070)	(109.658)	(175.947)	(229.490)
Lucro bruto		143.686	109.399	292.471	188.649
Outras receitas (despesas) operacionais		(117.141)	(81.439)	(171.212)	(144.952)
Despesas administrativas e gerais	27	(55.173)	(58.951)	(104.483)	(123.712)
Outras receitas operacionais	29	238	325	606	640
Outras despesas operacionais	30	(62.206)	(22.813)	(67.335)	(21.880)
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro		26.545	27.960	121.259	43.697
Resultado financeiro		(9.199)	(13.468)	(16.574)	(24.939)
Receitas financeiras	28	6.574	2.927	12.652	6.466
Despesas financeiras	28	(15.773)	(16.395)	(29.226)	(31.405)
Lucro (prejuízo) operacional		17.346	14.492	104.685	18.758
Imposto de renda e Contribuição Social	31.1	(8.559)	(10.269)	(41.161)	(14.681)
Corrente		(20.385)	(9.834)	(43.875)	(12.255)
Diferido		11.826	(435)	2.714	(2.426)
Lucro antes da participação dos empregados		8.787	4.223	63.524	4.077
Participação dos empregados no lucro	32	-	-	-	-
Lucro (prejuízo) no exercício		8.787	4.223	63.524	4.077
LUCRO (PREJUÍZO) POR LOTE DE MIL AÇÕES		0,03	0,02	0,23	0,01

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



COMPANHIA DOCS DO ESTADO DE SÃO PAULO - CODESP
CNPJ 44.837.524/0001-07

DEMONSTRAÇÃO INTERMEDIÁRIA DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
DOS PERÍODOS FIMOS EM 30/06/2019
(em milhares de reais)

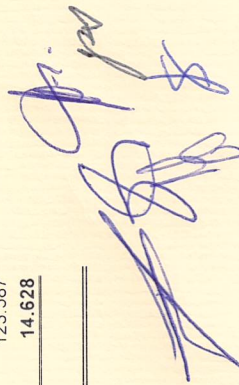
	CAPITAL SOCIAL	RESERVAS DE LUCROS		LUCROS (PREJUÍZOS) ACUMULADOS	TOTAIS
		RESERVA LEGAL	RETENÇÃO DE LUCROS		
Em 31 de dezembro de 2017	1.414.100	312	4.430	-	1.418.842
Resgate de ações minoritários privados.....	-	-	(443)	-	(443)
Resultado do exercício.....	-	-	-	4.077	4.077
Em 30 de junho de 2018	1.414.100	312	3.987	4.077	1.422.477
Em 31 de dezembro de 2018	1.414.100	-	-	(464.426)	949.674
Resultado do exercício.....	-	-	-	63.524	63.524
Em 30 de junho de 2019	1.414.100	-	-	(400.901)	1.013.199

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO INTERMEDIÁRIA DOS FLUXOS DE CAIXA
DOS PERÍODOS FINDOS EM 30/06/2019
(em milhares de reais)

	01/04/2019 a 30/06/2019	01/04/2018 a 30/06/2018	01/01/2019 a 30/06/2019	01/01/2018 a 30/06/2018
Fluxos de caixa originados de atividades operacionais				
Valores recebidos de clientes	255.004	240.121	531.367	471.021
Valores pagos a fornecedores e prestadores de serviços	(36.588)	(63.337)	(71.540)	(138.282)
Valores pagos a empregados, inclusive benefícios	(61.484)	(64.085)	(127.959)	(132.117)
Valores pagos de encargos sociais	(17.279)	(18.920)	(36.648)	(37.425)
Valores pagos de contingências	(27.865)	(20.095)	(50.332)	(61.784)
Valores pagos de tributos, exceto IR e CSLL	(31.541)	(27.838)	(64.560)	(49.896)
Valores pagos de imposto de renda e contribuição social	(18.964)	(6.032)	(42.346)	(7.420)
Valores pagos de juros	(224)	(1.377)	(547)	(2.775)
Outros recebimentos (pagamentos) líquidos	861	(7.499)	(4.182)	(18.889)
Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades operacionais	61.920	30.938	133.253	22.433
Fluxos de caixa originados de atividades de investimentos				
Aquisição de imobilizado	(3.369)	(6.971)	(8.051)	(30.404)
Aquisição de intangível	(57)	-	(57)	(303)
Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades de investimentos	(3.426)	(6.971)	(8.108)	(30.707)
Fluxos de caixa originados de atividades de financiamentos				
Empréstimos/Financiamentos tomados	-	-	-	-
Pagamentos de empréstimos financiamentos	(765)	4.036	(759)	24.402
Recursos de acionistas	-	(1.500)	-	(1.500)
Juros e dividendos sobre capital próprio pagos	-	-	-	-
Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades de financiamentos	(765)	2.536	(759)	22.902
Aumento (redução) nas disponibilidades	57.729	26.503	124.386	14.628
Saldo inicial de caixa e equivalentes	273.097	97.084	206.440	108.959
Saldo final de caixa e equivalentes	330.826	123.587	330.826	123.587
Aumento (diminuição) de caixa e equivalentes	57.729	26.503	124.386	14.628

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS DE 30/06/2019
2º Trimestre de 2019
em milhares de reais, exceto pela nota nº 33

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia é uma empresa pública, de capital autorizado, vinculada ao Ministério da Infraestrutura, tendo como objeto social a administração e exploração comercial do Porto Organizado de Santos e demais instalações portuárias do Estado de São Paulo, já incorporadas ou que vierem a sê-lo, bem como, por solicitação do Governo Federal, das vias navegáveis interiores e portos de outros Estados, mediante convênio.

Em 29/12/2016, foi assinado o Convênio 001/2016, com vigência de 5 (cinco) anos a partir da data de sua assinatura, para o Porto de Santos administrar o Terminal Pesqueiro de Laguna-SC.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária e os todos os Pronunciamentos Contábeis (CPC), como o CPC 46 entre outros, aplicáveis ao 2º Trimestre findo em 30 de junho de 2019, exceto pelo disposto na Nota Explicativa nº 4.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS:

Base de preparação: A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação de políticas contábeis.

Apuração do resultado: O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil da competência.

Moeda funcional e moeda de apresentação: As demonstrações financeiras são apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional da sociedade e de apresentação.

Instrumentos financeiros: a classificação da categoria dos instrumentos financeiros depende da finalidade para a qual foram adquiridos ou contratados e é determinada no reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros:

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

São ativos financeiros mantidos para negociação e são frequentemente negociados. Esses ativos são mensurados ao valor justo na data das demonstrações contábeis, sendo as variações reconhecidas no resultado.

Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Compreendem investimentos em determinados ativos financeiros classificados no momento inicial da contratação, para os quais a Administração tem intenção e capacidade financeira de mantê-los até a data de vencimento.

Ativos financeiros disponíveis para venda

São aqueles ativos para os quais a Administração não tem a intenção de mantê-los até o vencimento, nem foram adquiridos com o objetivo de serem frequentemente negociados. São ajustados pelo valor de mercado, sendo esses ajustes lançados no patrimônio líquido na rubrica "Ajustes de Avaliação Patrimonial".

Empréstimos e recebíveis

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a doze meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativo não circulante.

Contas a receber: Os valores faturados estão avaliados pelo valor da tarifa na data da prestação do serviço.

Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa: Uma provisão para redução do valor recuperável é estabelecida quando há evidência objetiva de que a Companhia não irá arrecadar todos os valores devidos de acordo com os termos originais. É constituída, também, considerando parecer dos advogados da empresa nos valores que envolvam análise dos processos judiciais e seguindo as normas contidas no CPC-48 (vide Nota Explicativa nº 7).

Estoques: materiais utilizados para consumo nas atividades da empresa calculados pelo custo médio de aquisição, não excedendo o custo de reposição.

Imobilizado: O imobilizado está demonstrado pelo valor de aquisição e/ou construção, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear, sendo utilizados 90% da taxa prevista para a expectativa de vida útil do bem.

Empréstimos e financiamentos: reconhecidos pelo valor justo, no momento dos recebimentos dos recursos, líquidos dos custos de transação nos casos aplicáveis e acrescidos de encargos, juros e variações monetárias e cambiais conforme previsto contratualmente, incorridos até a data das demonstrações contábeis.

Férias: As férias e seus respectivos encargos sociais foram calculados em função dos direitos adquiridos até a data do balanço.

Passivo circulante e não circulante: Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias e cambiais incorridas até a data da elaboração das demonstrações contábeis.

Arrendamentos: A empresa possui em vigência diversos contratos de arrendamento, nos quais os arrendatários efetuam pagamento à Autoridade Portuária em parcelas mensais e trimestrais do aluguel pela exploração da área durante a vigência do contrato. Existe também a cobrança por serviços específicos prestados pela CODESP, cujos valores são determinados em conformidade com as tabelas tarifárias e os serviços utilizados por cada arrendatário. Os contratos possuem, também, cláusula de movimentação mínima contratual (MMC), que é estabelecida tendo como parâmetro a logística de cada terminal. Os valores recebidos antecipadamente são reconhecidos à receita, em bases lineares, pela fruição do prazo de vigência do contrato.

Provisões para contingências: Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se houver uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. O reconhecimento, a mensuração e divulgação das provisões para contingências passivas são efetuados de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 25 - "Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes". As contingências são classificadas entre (i) prováveis, para as quais são constituídas provisões; (ii) possíveis, que somente são divulgadas sem que sejam provisionadas; e (iii) remotas, que não requerem provisão nem divulgação. O detalhamento dos valores está demonstrado na nota explicativa nº 17.

Imposto de Renda e contribuição social – corrente e diferido

Impostos correntes: A provisão para imposto de renda e contribuição social foi efetuada com base no lucro tributável do exercício. O valor do imposto de renda foi constituído com base na alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro anual excedente a R\$ 240. O valor da contribuição social foi calculado à alíquota de 9% do lucro tributável para aquela contribuição.

Impostos diferidos: São calculados e registrados com base nas alíquotas efetivas vigentes na data de elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com o regime de competência, em sua totalidade sobre as diferenças entre os ativos e passivos reconhecidos para fins fiscais e os correspondentes valores reconhecidos nas demonstrações contábeis. O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos somente quando seja provável que existirá base tributável para utilização das diferenças temporárias e prejuízos fiscais. A constituição do imposto de renda diferido esta em conformidade com o disposto no CPC 32 e o detalhamento está demonstrado na nota explicativa nº 31.

Receitas e despesas financeiras: As receitas financeiras são contabilizadas pelo regime de competência e representam os juros efetivos auferidos sobre as contas a receber liquidados após o vencimento e os ganhos com aplicações financeiras. As despesas financeiras representam os juros efetivos incorridos com empréstimos ou outras transações financeiras.

Uso de estimativas: A elaboração das demonstrações contábeis requer que a Administração use estimativa e premissas que afetam os montantes apresentados de ativos e passivos, assim como os valores de receitas, custos e despesas. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado, perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa e provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis. A liquidação poderá resultar em valores diferentes dos estimados, considerando as imprecisões decorrentes dos procedimentos de sua determinação.

Demonstração do valor adicionado: tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações contábeis e como informação suplementar às demonstrações contábeis.

A demonstração do valor adicionado foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações contábeis e conforme disposições contidas no CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Sociedade, representada pelas receitas (receita bruta de vendas, as outras receitas e os efeitos da provisão de créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, inclusive os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos da depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da demonstração apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

4. ADEQUAÇÃO ÀS NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE

Com o advento das Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09 e os pronunciamentos do Conselho Federal de Contabilidade, por obrigatoriedade, devem ser implementadas as adequações de acordo com as normas internacionais de contabilidade, observando os dispositivos aplicáveis através dos pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

Os registros contábeis não atendem ao disposto conforme abaixo:

CPC 04 e CPC 27 – O estudo para revisão da vida útil e recuperabilidade dos bens integrantes destes ativos, não foi concluído até a data de encerramento das demonstrações financeiras, porém, já está em fase de licitação e previstos para ocorrerem no menor período de tempo possível.

CPC33 – Benefícios a empregados: A empresa é patrocinadora de plano de pensão multipatrocinado de benefício definido. Considerando os fatos e eventos em controverso existentes entre as partes e as discrepâncias de valores e de critérios utilizados para apuração dos dados apresentados pelas consultorias contratadas pelas partes, o valor do déficit atuarial declarado pelo PORTUS não está quantificado integralmente nas demonstrações financeiras (verificar Nota Explicativa nº 18).

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

a) Caixa e equivalentes de caixa

	30/06/2019	31/12/2018
Caixa e bancos	12.060	10.944
Aplicações financeiras	318.766	195.496
Total	<u>330.826</u>	<u>206.440</u>

b) Natureza das aplicações financeiras

As aplicações financeiras estão substancialmente representadas por cotas em fundo de investimento de renda fixa. Na elaboração do fluxo de caixa, essas aplicações foram consideradas como equivalentes de caixa por possuírem liquidez imediata e por estarem sujeitas a um risco insignificante de mudança de valor, que são registradas pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, não excedendo seu valor de mercado/realização.

	30/06/2019	31/12/2018
Fundo de renda fixa - BB	148.457	37.470
Fundo de Renda fixa - CEF	170.309	158.026
Total	<u>318.766</u>	<u>195.496</u>

6. VALORES VINCULADOS À APLICAÇÃO EM INFRAESTRUTURA

O Governo Federal através do Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI e através do Banco do Brasil, remete valores previstos no orçamento de investimentos da CODESP, cuja contrapartida é efetuada em créditos da União para aumento de capital. A nota explicativa nº 20 complementa a informação em relação aos valores recebidos em 2019.

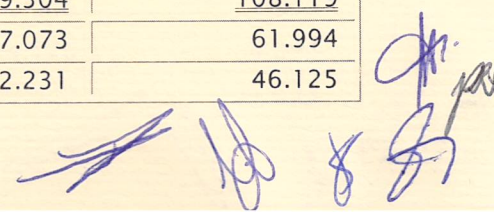
Embora as aplicações possuam liquidez imediata, os recursos são utilizados estritamente para pagamento de obras ou aquisições previstas nas ações do orçamento de investimento com recursos do tesouro nacional, dessa forma estão informados como valores vinculados à aplicação em obras de infraestrutura e não integram as disponibilidades no fluxo de caixa.

Por vezes, a CODESP é obrigada a cumprir compromissos referentes à aplicação em infraestrutura sem o devido recebimento deste valor por parte da União. Referente ao exposto anteriormente, em 30/06/2019 à empresa é credora do valor de R\$ 3.133. (R\$ 35 em 31/12/2018), conforme quadro abaixo:

Valores a receber da União	30/06/2019	31/12/2018
- 26.784.2086.12LQ.0035 - ARMAZÉNS 12 AO 23 SANTOS (SP)	29	35
- 26.784.2086.1C67.0035 - AVENIDA PERIMETRAL SANTOS (SP)	3.104	-
Total	<u>3.133</u>	<u>35</u>

7. CONTAS A RECEBER, LÍQUIDAS

	30/06/2019	31/12/2018
Valores a receber de serviços prestados	134.348	138.269
(-) Perdas estimadas c/ créditos liquidação duvidosa	(55.044)	(30.150)
Total	<u>79.304</u>	<u>108.119</u>
Circulante	47.073	61.994
Não Circulante	32.231	46.125



As perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa teve aumento neste 2º trimestre de 2019 em virtude da inclusão dos valores em aberto do Grupo Rodrimar que ajuizou pedido de Recuperação Judicial em 26/05/2019. Tal procedimento contábil foi tomado seguindo as orientações contidas na Norma Brasileira de Contabilidade - Geral (NBC-TG 48) ou CPC-48 que trata dos Instrumentos Financeiros.

8. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

O detalhamento dos créditos tributários está demonstrado no quadro abaixo:

	<u>30/06/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Saldo negativo de IRPJ e CSLL	49.233	49.233
Impostos retidos sobre faturamento	108	72
ICMS a Recuperar	109	-
FGTS pago a maior	225	225
Total	<u>49.675</u>	<u>49.530</u>

9. PARTES RELACIONADAS

Os recursos repassados pelo Porto de Santos ao Terminal Pesqueiro de Laguna-SC, administrado pela CODESP conforme mencionado na nota explicativa nº 1, são de responsabilidade do Ministério da Infraestrutura. Como não existe a certeza do recebimento deste valor, foi constituída Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa para este valor. Os créditos relativos aos demais órgãos se referem exclusivamente a ressarcimento de colaboradores cedidos.

	<u>30/06/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Ministério da Infraestrutura	50.547	49.234
(-) Perdas estimadas c/ créditos de liquidação duvidosa	(43.846)	(40.699)
Ministério da Fazenda	21	23
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	61	37
Ministério do Trabalho e Emprego	282	110
Total	<u>7.065</u>	<u>8.705</u>

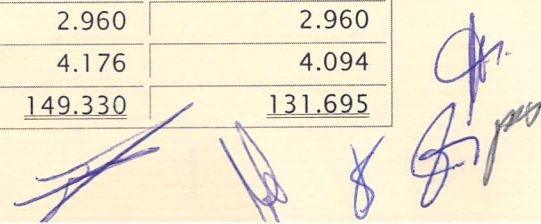
10. BENS DESTINADOS À ALIENAÇÃO

O valor corresponde aos bens baixados do ativo imobilizado são classificados no realizável a longo prazo, em razão de ser necessária a alienação dos mesmos através de leilão, cujo trâmite não permite identificar, com absoluta certeza, se o processo será realizado nos próximos doze meses e se haverá interessados na aquisição dos lotes.

11. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Representam ativos restritos da Companhia e estão relacionados a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos respectivos litígios. Os depósitos recursais visam garantir o recurso de sentença e sua recuperação pode ser considerada remota. O detalhamento desta conta se encontra no quadro abaixo:

	<u>30/06/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Depósitos Recursais Cíveis	26.828	27.400
Depósitos Recursais Trabalhistas	115.366	97.241
Depósitos Recursais Tributários	2.960	2.960
Ações Regressivas Trabalhistas	4.176	4.094
Total	<u>149.330</u>	<u>131.695</u>



12. IMOBILIZADO, LÍQUIDO

	<u>30/06/2019</u>	<u>31/12/2018</u>	TAXAS DE DEPRECIÇÃO (%)
Mobiliário em geral	1.701	1.691	10,0
Veículos	814	876	10,0
Máquinas, motores e aparelhos	6.388	7.032	3,33 a 10,0
Equipamentos diversos	1.753	1.854	3,33 a 10,0
Outros bens móveis	101	106	4,0 a 12,5
Equipamentos de informática	5.538	6.134	20,0
Edifícios	29.973	30.555	2,0
Instalações	743.072	748.963	1,43 a 10,0
Vias de acesso terrestre	172.380	177.882	1,43 a 6,67
Infraestrutura terrestre	20.164	20.664	1,43 a 6,67
Infraestrutura aquaviária	94.435	94.435	-
Outras construções	542.705	547.608	1,43 a 6,67
Terrenos	29	29	
Obras em andamento	54.079	50.038	-
Bens móveis industriais	4.875	5.128	3,33 a 10,0
Bens imóveis industriais	28.672	30.287	3,33 a 10,0
Total	<u>1.706.679</u>	<u>1.723.282</u>	

13. INTANGÍVEL

O valor de R\$ 8.561 (R\$ 10.579 em 31/12/2018) refere-se a licenças de softwares adquiridas e capitalizadas com base nos custos incorridos. Esses custos estão sendo amortizados pela vida útil estimada de até dez anos.

14. SEGUROS

Os valores segurados são determinados e contratados em bases técnicas que se estimam suficientes para cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros com bens do ativo imobilizado da CODESP e com os bens da UNIÃO sob uso e guarda desta Companhia, e foram contratados para o período de 01-05-2019 a 30-04-2020.

A apólice de riscos operacionais tem cobertura contra danos materiais a bens móveis e imóveis da empresa e dos bens da União dos quais tem uso e guarda, abrangendo acidentes de natureza súbita e imprevista. Esta cobertura não contempla os bens móveis e imóveis localizados nas áreas arrendadas, cuja responsabilidade do seguro é exclusiva do arrendatário.

A apólice de responsabilidade civil tem a cobertura de danos causados a terceiros em decorrência das atividades desenvolvidas no cumprimento das obrigações da autoridade portuária, previstas na lei 12.815, de 05/06/2013.

	<u>30/06/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Riscos operacionais	427.492	425.844
Automóveis	3.649	4.249
Responsabilidade civil	30.000	30.500

15. SALÁRIOS, PROVISÃO E ENCARGOS SOCIAIS.

	30/06/2019	31/12/2018
Salários a pagar	12.287	11.445
Provisão de férias	37.818	38.658
Provisão de 13º salário	10.060	-
Encargos sociais	6.336	7.712
Participação no Resultado 2017 - Administradores	119	119
Total	66.620	57.934

A participação no resultado de 2017 refere-se à Remuneração Variável dos Administradores 2017, ainda não paga..

16. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	30/06/2019	31/12/2018
Imposto sobre circulação de mercadorias- ICMS	660	420
Retenção de tributos federais- Lei 10.833/03	1.144	994
Retenção para seguridade social - INSS	489	579
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	5.700	8.906
Programa de integração social - PIS	1.247	1.326
Contribuição financiamento seguridade social-COFINS	5.766	6.230
Imposto sobre serviços - ISS	940	1.088
Imposto de Renda e Contribuição Social	5.450	5.886
Total - Circulante	21.396	25.429

17. PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS, CÍVEIS E TRIBUTÁRIOS

A Companhia é parte em ações judiciais, decorrentes do curso normal das suas operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas e cíveis. Atualmente a empresa não possui riscos relevantes tributários e, por esta razão, não possui provisão tributária. Com base em informações do departamento jurídico é efetuada uma análise das demandas judiciais pendentes e constitui provisão em montante para cobrir as perdas esperadas com as ações em curso.

Movimentação das Provisões	Provisões Trabalhistas	Provisões Cíveis	TOTAL
Saldo em 31/12/2017	150.197	181.837	332.034
(+) Adições	65.682	28.669	94.351
(-) Reversão e baixas	(6.894)	(30.165)	(37.059)
Saldo em 31/12/2018	208.985	180.341	389.326
(+) Adições	37.419	10.676	48.095
(-) Reversão e baixas	(8.108)	(1.578)	(9.686)
Saldo em 30/06/2019	<u>238.296</u>	<u>189.439</u>	<u>427.735</u>
Circulante	198.980	104.356	303.336
Não Circulante	39.316	85.083	124.399

Provisões trabalhistas

Refere-se às estimativas para os processos judiciais trabalhistas de diversas naturezas, cuja probabilidade de desfecho é considerada de perda provável pelo departamento jurídico.

Provisões cíveis

Refere-se basicamente a ações judiciais com pleito de atualização monetária e juros por pagamentos efetuados com atraso, ações judiciais de indenizações e lucros cessantes.

Provisões Tributárias

A empresa não se utiliza de recursos jurídicos para recolher os tributos de forma diferenciada do previsto na legislação. Portanto, não existem fatos geradores que ensejam a constituição de provisão para contingências de recolhimentos efetuados em desacordo com a legislação. A exceção ao mencionado é em relação ao Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU, que as Prefeituras Municipais de Santos e Guarujá entendem incidir sobre os imóveis utilizados no Porto de Santos, de propriedade da União, e que não estão registradas no ativo imobilizado da CODESP. Considerando os julgamentos pelo E. Supremo Tribunal Federal (processos nº 3029/95, 4099/94, 1982/04, 7099/92, 5787/95 e 5765/95) através da 1ª e 2ª Turmas que reconheceram a não incidência do IPTU sobre os imóveis da União, administrados pela CODESP, entendimento este confirmado mediante o julgamento pelo Pleno (Recurso Extraordinário 253472), e conforme parecer do departamento jurídico é desnecessário a constituição de provisão.

Passivos contingentes

Em 30/06/2019, o montante estimado para processos judiciais, cujas probabilidades de perdas foram avaliadas como possíveis pelos advogados da empresa, representativos de contingências passivas relacionadas a questões trabalhistas foi de R\$ R\$123.447 e para processos cíveis foi de R\$ 39.198.

18. PLANO DE PENSÃO

A Companhia é patrocinadora, juntamente com outras empresas do sistema portuário nacional, de plano de suplementação de aposentadoria e outros benefícios de risco a funcionários, através do PORTUS - Instituto de Seguridade Social, entidade fechada de previdência privada, fiscalizada pela Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência e Assistência Social. No atual plano de benefício definido, a aposentadoria é calculada pela diferença de (i) 80% do salário médio de participação dos últimos 12 (doze) meses indexados à variação do INPC até a data do início do benefício e (ii) o valor dos benefícios fornecidos pelo sistema oficial de previdência social. O salário de participação é limitado a 3 (três) vezes o limite máximo do salário de contribuição da Previdência Oficial. A responsabilidade da patrocinadora CODESP, incluindo o déficit atuarial conforme cálculo efetuado por empresa contratada pelo PORTUS para execução dos serviços de avaliação atuarial é de R\$ 1.276.789 em 31/12/2018 (sem variações apontadas pelo Portus para 30/06/2019), e valor esse não reconhecido pela CODESP, motivo pelo qual a questão está judicializada. A redução do valor acima com o valor apresentado em 31/12/2017 (R\$ 1.724.967), conforme explicação por escrito do Portus provém em quase sua totalidade, do efeito nos valores das provisões matemáticas avaliadas em 31/12/2018 considerando o ajuste no Plano de Custeio do PBP1, que passou a vigorar a partir de 01/04/2018, cujos repasses não ocorreram em função de liminares concedidas aos representantes dos participantes e a quitação da dívida de RTSA pela CODESP. As contribuições da empresa com base na folha salarial do primeiro semestre do exercício de 2019, foram no montante de R\$ 7.841 (R\$ 16.674 em 31/12/2018 e R\$ 8.328 em 30/06/2018).

Por iniciativa dos representantes das Patrocinadoras, dos Participantes e Assistidos do Instituto de Seguridade, foi realizada avaliação atuarial de segunda opinião pela consultoria Rodarte Nogueira & Ferreira referente aos valores das Provisões Matemáticas calculadas pelo PORTUS em 31.12.2017. A divergência entre os valores foi de apenas 0,74% a menor do que o contabilizado e concluiu pela razoabilidade dos resultados apresentados na avaliação original. Considerando a

necessidade das Patrocinadoras como dos Participantes e Assistidos de encontrar uma solução para o impasse e que viabilize a continuidade do plano com seu equacionamento, foi desenvolvida modelagem para alcançar a solvência e liquidez daquele Instituto. A proposta de forma geral apresentada pela Rodarte Nogueira & Ferreira engloba a participação das Patrocinadoras em razão de dívidas e da Reserva de Tempo de Serviço Anterior – RTSA, bem como, do Governo Federal pela extinção da PORTOBRÁS sem o aporte de recursos devidos ao PBP1 para a cobertura dos benefícios dos participantes. A contribuição dos participantes e assistidos foi definida mediante a redução de 16% dos benefícios concedidos e a conceder. Esta proposta foi aceita pelas empresas patrocinadoras, participantes ativos e assistidos, porém, a União, através do Ministério da Infraestrutura não aceitou. Com estas bases principais servindo de amparo, as partes continuam em tratativas para a celebração de acordo, a fim de obter ambiente favorável à negociação entre todos e se chegar a uma definição do caso.

19. OBRAS EFETUADAS POR ARRENDATÁRIOS

A empresa mantém contratos de arrendamentos, oriundos de processos licitatórios, de áreas e/ou instalações localizadas dentro do porto organizado, com disponibilização de infraestrutura mínima de acordo com a localização, definidas por configurações denominadas de “sítio padrão”, conforme a seguir descritas:

- a) Sítio de Cais: plana, terraplenada (independente da resistência do solo), desimpedida, com profundidade adequada na região contígua ao estuário, com berço disponível em termos de obras civis (na sua forma mais econômica, porém operacional);
- b) Sítio de Retro Área: plana, terraplenada, desimpedida, com acesso rodoviário pavimentado.

Nos contratos cujas áreas existam investimentos negativos, ou seja, necessidade de investimentos para que se atinjam as condições mínimas exigidas nas regras descritas no “Sítio Padrão”, tais como aterros, recuperação do solo e construção de berços, os valores dessas obras, a serem realizadas pelo arrendatário, serão ressarcidos pela administração portuária, de acordo com o disposto nos respectivos contratos de arrendamento, no período do prazo contratual remanescente, a contar da data do aceite das obras, em parcelas mensais reajustadas.

A composição do débito está demonstrada no quadro abaixo:

Arrendatário	Desembolso até	Índice	<u>30/06/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Brasil Term. Portuário S.A	30/01/2027	IGP-M	117.289	121.793
Ecoporto Santos S/A	30/06/2023	TJLP	8.785	9.561
Total			<u>126.074</u>	<u>131.354</u>
Circulante			17.663	17.192
Não Circulante			108.411	114.162

20. CRÉDITOS DA UNIÃO PARA AUMENTO DE CAPITAL

A União destina recursos ao programa de investimentos no Porto de Santos, com a contrapartida de crédito para aumento de capital. Os recursos recebidos pela CODESP enquanto não

capitalizados, sofrem a incidência de encargos financeiros com base na variação da taxa SELIC, conforme previsto no decreto 2.673/98.

	30/06/2019	31/12/2018
Saldo em 1º de janeiro	791.715	719.614
Aumento de capital no exercício	-	-
Créditos da UNIÃO no exercício	183	24.750
Encargos financeiros - Decreto 2673/98	24.202	47.351
Saldo	<u>816.100</u>	<u>791.715</u>

21. RECEITA DIFERIDA

Os contratos de arrendamentos assinados com a Administração Portuária envolvem pagamentos parciais feitos antecipadamente, que são reconhecidos em base linear durante a vigência do contrato de arrendamento mercantil, conforme item 50 do CPC 06. Os contratos com receita diferida são PRES.69/1997, DP-DC.02/2009, DP-DC.01/2010 e DIPRE.45/2016. No resultado do exercício foi reconhecida à receita a importância de R\$ 12.854 (R\$ 25.556 em 31/12/2018 e R\$ 12.778 em 30/06/2018), conforme composição abaixo:

	PRES.69/1997	DP-DC.02/09	DP-DC.01/10	DIPRE.45/16	TOTAL
Saldo 31/12/2017	25.082	148.772	184.026	2.928	360.808
Receita diferida no período	-	-	2.434	-	2.434
Apropriações no período	(5.101)	(8.751)	(10.826)	(878)	(25.556)
Saldo em 31/12/2018	<u>19.981</u>	<u>140.021</u>	<u>175.634</u>	<u>2.050</u>	<u>337.686</u>
Receita diferida no período	-	-	-	-	-
Apropriações no período	(2.550)	(4.376)	(5.489)	(439)	(12.855)
Saldo em 30/06/2019	<u>17.430</u>	<u>135.645</u>	<u>170.146</u>	<u>1.611</u>	<u>324.832</u>

22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital Social Realizado

O Capital Social em 30 de junho de 2019 é representado por 136.827.367.225 ações ordinárias e 136.852.828.482 preferenciais, ambas as espécies nominativas, sem valor nominal e de classe única. O último aumento de capital foi efetuado pela AGE de 19/06/2015 com homologação na AGE de 27/11/2015. Atualmente a CODESP é uma empresa pública e tem como únicos acionistas a União Federal, com 273.680.195.271 ações (99,99999984%) e o Município de Santos, com 436 ações (0,00000016%).

23. OUTROS CRÉDITOS

	<u>30/06/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Renegociação de faturas a receber	8.548	25.417
Férias a apropriar	2.196	2.895
Sinistros cobertos por apólice	280	282
Cobrança de Plano de Saúde	522	440
Diversos	51	29
Multa - Prefeitura de Santos - Proc. 54014/2006	126	126
Créditos de empresas em recuperação judicial	23.081	7.805
Total	<u>34.804</u>	<u>36.994</u>
Circulante	8.691	14.170
Não Circulante	26.113	22.824

Renegociação de faturas é composto por faturas emitidas e não pagas, as quais foram feitos acordos de pagamento parcelados e foram dadas baixa do Contas a Receber.

24. OUTRAS OBRIGAÇÕES

	<u>30/06/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Adicional de tarifa portuária	6.476	6.476
Adiantamento de Tarifa Portuária	4.582	3.402
Cauções	5.348	4.868
Empréstimos para funcionários	360	399
Pensões Judiciais	569	585
Contribuições Sociais e Sindicais	287	275
Diversos	381	592
Convênio 002/1990 - União	41.848	39.438
Total	<u>59.851</u>	<u>56.035</u>
Circulante	18.003	16.597
Não Circulante	41.848	39.438

25. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	<u>30/06/2019</u>	<u>30/06/2018</u>
Receitas tarifárias		
- Utilização da infraestrutura portuária	243.395	213.341
- Utilização da infraestrutura terrestre	62.012	51.039
- Fornecimento de energia	22.590	20.762
- Outras receitas	7.165	5.479
Receitas de arrendamento	202.120	186.198
(-) Imposto sobre serviços - ISS	(15.411)	(10.840)
(-) Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS	(4.066)	(3.737)
(-) Programa de integração social - PIS	(8.810)	(7.867)
(-) Contribuição financiamento seguridade social-COFINS	(40.577)	(36.236)
Total	<u>468.418</u>	<u>418.139</u>

26. CUSTOS OPERACIONAIS

	30/06/2019	30/06/2018
Pessoal, encargos do trabalho e benefícios	82.724	84.259
Encargos sociais	25.019	26.445
Serviços de terceiros	39.903	91.492
Depreciação	22.882	21.692
Aluguéis	867	842
Utilidades, serviços e materiais	4.552	4.760
Total	175.947	229.490

27. DESPESAS ADMINISTRATIVAS E GERAIS

	30/06/2019	30/06/2018
Pessoal, encargos do trabalho e benefícios	51.703	53.600
Encargos sociais	10.771	11.214
Serviços de Terceiros	8.240	16.930
Aluguéis	3.427	5.148
Utilidades e serviços e materiais	4.197	5.204
Impostos, taxas e contribuições	1.026	895
Demandas judiciais	22.850	27.599
Órgãos Colegiados	1.565	1.899
Outras despesas	704	1.223
Total	104.483	123.712

28. RESULTADO FINANCEIRO

	30/06/2019	30/06/2018
Receitas Financeiras		
Juros e variação monetária	2.638	2.269
Rendimentos de aplicações financeiras	9.769	3.798
Outras	245	399
Subtotal	12.652	6.466
Despesas Financeiras		
Variação monetária e cambial	(4.475)	(6.858)
Juros pagos ou incorridos	(24.751)	(24.547)
Subtotal	(29.226)	(31.405)
Resultado Financeiro Líquido	(16.574)	(24.939)

O valor referente a juros pagos e incorridos são relativos à correção de dívidas junto ao Plano de Pensão, adiantamento para futuro aumento de capital e outros passivos da empresa.

29. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	30/06/2019	30/06/2018
Reversão de provisões	-	41
Cessão do direito operacional da folha de pagamento	440	439
Diversas	166	160
Total	606	640

30. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	30/06/2019	30/06/2018
Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários	38.409	8.327
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	28.042	3.443
Multas	863	126
Perda na Baixa de Ativos Imobilizados	-	7.294
Perdas com Créditos - Decisão Judicial	-	2.560
Outras	21	130
Total	67.335	21.880

31. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

A apuração do imposto de renda e contribuição social diferido, de acordo com as IAS 12 (norma internacional de contabilidade) e o CPC 32 (norma correspondente no Brasil), tem como objetivo prescrever o tratamento contábil a ser dado ao imposto sobre lucros, tendo em vista que o principal problema que se apresenta ao contabilizar é a forma de tratar as consequências atuais e futuras. Segundo o princípio contábil da competência, se a contabilidade já reconheceu uma receita ou lucro, tal despesa de Imposto de Renda (IR) deve ser reconhecida nesse mesmo período, mesmo que tais receitas e lucros tenham a sua tributação diferida para efeitos fiscais. O Imposto de Renda diferido ocorre quando determinados custos ou despesas, que já foram contabilizados no exercício, são dedutíveis para fins de imposto de renda, apenas em exercícios posteriores, quando efetivamente forem confirmados ou pagos, chamados de temporários. As diferenças temporárias surgem quando se inclui receitas ou despesas no resultado contábil em um período e a tributação dessas despesas são incluídas em período diferente, ou seja, há diferença entre o lucro contábil e o lucro fiscal que é utilizado para calcular o Imposto de Renda. Na CODESP, a base do IRPJ e CSLL diferidos são formadas, principalmente, por Provisões trabalhistas, cíveis, créditos de liquidação duvidosa, prejuízos fiscais e bases negativas de CSLL de períodos anteriores. A Administração, com base em suas projeções de lucros tributáveis futuros, estima que os créditos tributários registrados sejam realizados. Os impostos diferidos estão detalhada no quadro abaixo:

DETALHAMENTO	31/12/2018			
	VALOR	IRPJ - 25%	CSLL - 9%	ATIVO DIFERIDO
PROV.TRABALHISTA	208.985	52.246	18.809	71.055
PROV.CÍVEL	180.341	45.085	16.231	61.316
CRED.LIQ.DUVIDOSA	30.150	7.537	2.713	10.250
BASE NEGATIVA CSLL	1.017.163	-	91.546	91.546
PREJ.FISCAL IRPJ	1.019.897	254.974	-	254.974
TOTAL	2.456.536	359.842	129.299	489.141
DETALHAMENTO	30/06/2019			
	VALOR	IRPJ - 25%	CSLL - 9%	ATIVO DIFERIDO
PROV.TRABALHISTA	238.296	59.574	21.447	81.021
PROV.CÍVEL	189.439	47.360	17.049	64.409
CRED.LIQ.DUVIDOSA	55.044	13.761	4.954	18.715
BASE NEGATIVA CSLL	961.697	-	86.553	86.553
PREJ.FISCAL IRPJ	964.630	241.157	-	241.157
TOTAL	2.409.106	361.852	130.003	491.855

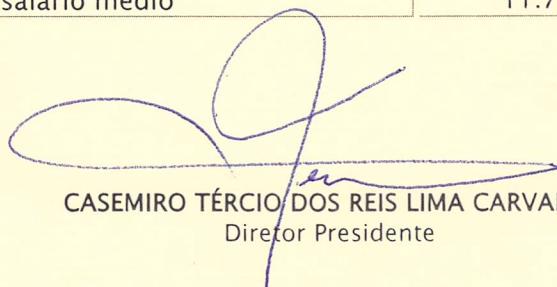
32. PARTICIPAÇÃO DOS EMPREGADOS NO RESULTADO

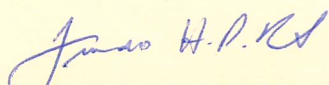
A empresa reconhece a participação nos resultados com base no lucro atribuível aos acionistas, vinculada ao alcance de metas operacionais e objetivos específicos, estabelecidos e aprovados no início de cada exercício.

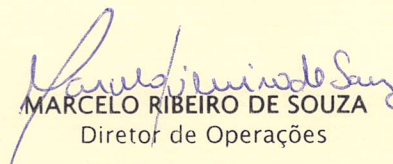
33. REMUNERAÇÃO PAGA A ADMINISTRADORES E EMPREGADOS

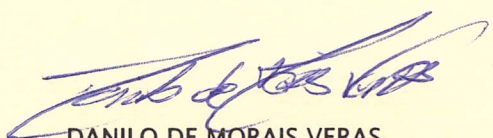
As remunerações mensais (base: junho/2019) pagas pela Empresa aos seus dirigentes e funcionários, incluídas todas as vantagens e benefícios efetivamente percebidos, foram:

<u>ADMINISTRADORES</u>	<u>em reais</u>
- maior remuneração	40.062,37
<u>EMPREGADOS</u>	
- maior remuneração	39.062,22
- menor remuneração	1.118,78
- salário médio	11.744,30


CASEMIRO TÉRCIO DOS REIS LIMA CARVALHO
Diretor Presidente


FERNANDO H. PASSOS BIRAL
Diretor de Administração e Finanças


MARCELO RIBEIRO DE SOUZA
Diretor de Operações


DANILO DE MORAIS VERAS
Diretor de Desenvolvimento de Negócios e Regulação


JENNYFER TSAI
Diretora de Infraestrutura

EUGÊNIO CARVALHO
Superintendente Financeiro

PÉRSIO BELLUOMINI MORAES
Gerente de Contabilidade
CRC 1SP215355/O-0

RELATÓRIO DE REVISÃO DE INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS

Aos acionistas, Conselheiros e Administradores da
COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO – CODESP
CNPJ Nº 44.837.524/0001-07
Santos (SP)

INTRODUÇÃO

Revisamos o balanço patrimonial condensado da Companhia Docas do Estado de São Paulo - CODESP, em 30 de junho de 2019, e as respectivas demonstrações condensadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o trimestre findo naquela data. A administração é responsável pela elaboração e apresentação dessas informações intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações intermediárias com base em nossa revisão.

ALCANCE DA REVISÃO

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão. Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

BASE PARA OPINIÃO COM RESSALVA

Conforme especificado na Nota Explicativa nº 18, a Companhia é patrocinadora, juntamente com outras empresas do sistema portuário nacional, de plano de suplementação de aposentadoria e outros benefícios de risco a funcionários, através do PORTUS – Instituto de Seguridade Social, entidade fechada de previdência privada, fiscalizada pela Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência e Assistência Social. No atual plano de benefício definido, a aposentadoria é calculada pela diferença de (i) 80% do salário médio de participação dos últimos 12 (doze) meses indexados à variação do INPC até a data do início do benefício e (ii) o valor dos benefícios fornecidos pelo sistema oficial de previdência social. O salário de participação é limitado a 3 (três) vezes o limite máximo do salário de contribuição da Previdência Oficial. A responsabilidade da patrocinadora CODESP, incluindo o déficit atuarial conforme cálculo efetuado por empresa contratada pelo PORTUS para execução dos serviços de avaliação atuarial é de R\$ 1.276.789 em 31/12/2018 (sem variações apontadas pelo Portus para 30/06/2019), e valor esse não reconhecido pela CODESP, motivo pelo qual a questão está judicializada.

A redução do valor acima com o valor apresentado em 31/12/2017 (R\$ 1.724.967), conforme explicação por escrito do Portus provém em quase sua totalidade, do efeito nos valores das provisões matemáticas avaliadas em 31/12/2018 considerando o ajuste no Plano de Custeio do PBP1, que passou a vigorar a partir de 01/04/2018, cujos repasses não ocorreram em função de liminares concedidas aos representantes dos participantes e a quitação da dívida de RTSA pela CODESP. As contribuições da empresa com base na folha salarial do primeiro semestre do exercício de 2019, foram no montante de R\$ 7.841 (R\$ 16.674 em 31/12/2018 e R\$ 8.328 em 30/06/2018).

Por iniciativa dos representantes das Patrocinadoras, dos Participantes e Assistidos do Instituto de Seguridade, foi realizada avaliação atuarial de segunda opinião pela consultoria Rodarte Nogueira & Ferreira referente aos valores das Provisões Matemáticas calculadas pelo PORTUS em 31.12.2017. A divergência entre os valores foi de apenas 0,74% a menor do que o contabilizado e concluiu pela razoabilidade dos resultados apresentados na avaliação original. Considerando a necessidade das Patrocinadoras como dos Participantes e Assistidos de encontrar uma solução para o impasse e que viabilize a continuidade do plano com seu equacionamento, foi desenvolvida modelagem para alcançar a solvência e liquidez daquele Instituto. A proposta de forma geral apresentada pela Rodarte Nogueira & Ferreira engloba a participação das Patrocinadoras em razão de dívidas e da Reserva de Tempo de Serviço Anterior - RTSA, bem como, do Governo Federal pela extinção da PORTOBRÁS sem o aporte de recursos devidos ao PBP1 para a cobertura dos benefícios dos participantes. A contribuição dos participantes e assistidos foi definida mediante a redução de 16% dos benefícios concedidos e a conceder. Esta proposta foi aceita pelas empresas patrocinadoras, participantes ativos e assistidos, porém, a União, através do Ministério da Infraestrutura não aceitou. Com estas bases principais servindo de amparo, as partes continuam em tratativas para a celebração de acordo, a fim de obter ambiente favorável à negociação entre todos e se chegar a uma definição do caso.

CONCLUSÃO COM RESSALVA

Com base em nossa revisão, com exceção do assunto descrito no parágrafo anterior, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações intermediárias levantadas em 30/06/2019 não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ribeirão Preto (SP), 19 de agosto de 2019.



AGUIAR FERES Auditores Independentes S/S

CRC-2SP022486/O-4 CVM - 9555

Tanagildo Aguiar Feres

Contador - CRC1SP067138/O-0